



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

“Preparação, celebração e pós-casamento como fases que marcam a transição para a fase adulta: um estudo entre um grupo de jovens no distrito de Boane”

Autor: Eugénio Onésio dos Santos Muvale

Supervisor: Dr. Hélder Nhamaze

Maputo, Dezembro de 2015

“Preparação, celebração e pós-casamento como fases que marcam a transição para a fase adulta: um estudo entre um grupo de jovens casados em Boane”

Autor

Eugénio Onésio dos Santos Muvale

Relatório de pesquisa apresentado na modalidade de trabalho de culminação de estudos em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

.....

.....

.....

Maputo, Dezembro de 2015

Declaração de honra

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação, estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para obtenção de qualquer grau académico.

O Candidato

Eugénio Onésio Muvale

Maputo, Dezembro de 2015

Dedicatória

A memória do meu tio Américo Muvale cujos ensinamentos ficarão eternamente gravados na minha vida e ao meu colega da faculdade Moisés Matsinhe.

A cada pessoa que devo não as minhas conquistas, mas a pessoa que sou hoje.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus e aos espíritos dos meus antepassados por tudo o que vivi e continuo vivendo. Aos meus pais Aminosse Tinosse Muvale e Eugénia Luis dos Santos pelo incentivo e apoio incondicional.

Ao dr. Hélder Nhamaze orientador desta monografia pelas correções, sugestões, incentivos, confiança, conselhos e disponibilidade em todos os momentos da pesquisa.

A todos os docentes do DAA que incansavelmente apoiaram-me na realização deste trabalho de modo que pudesse passar de uma simples idéia para algo possível de pesquisar .

Aos meus colegas do curso de antropologia em especial ao Luis Mugube, David Nhazilo, Domingos Macumbane, Horácio André, Laercio Sulila e Sansao Macamo pelo apoio durante a nossa formação.

Ao meu irmão Fidelio Muvale, aos meus tios Américo Muvale, Julieta Mute, Maria Honória Capito meus primos Gil Muvale, Candida Muvale e Jordao Muvale pelo apoio moral manifestado durante a minha vida acadêmica. Á minha namorada Elisa Chau com quem compartilhei bons e maus momentos durante a minha formação.

Aos meus amigos Edson Mugabe, Helder Pires, Pedro Tivane (Dinho), Wisdon Magaia (Beto), Rogerio Pembera (Ger), Isac Mugabe (Maninho), Euclides Cabudula (Zequito) pelo apoio e incentivo.

Aos funcionários do salão de eventos kohlwisa pela receptividade.

Aos funcionários do ARPAC: dr. Fernando Dava, dr. João Baptista Fenhane, dr. Célio Tiane, dr. Ruben Taibo, dr.a Angélica João, dr. Dulámito Aminagi, dr. Fernando Manjate e ao dr. Arrissis Mudendere pelo apoio prestado.

A todos vocês meu Muito Obrigado!

Índice

Declaração de honra.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vii
I. Introdução.....	1
II. Revisão de Literatura	6
III. Conceptualização	9
Ritual.....	9
Rituais de passagem.....	9
Estatuto Social	11
IV. Método e técnicas de recolha de dados.....	12
Descrição do local do estudo	15
V. Apresentação e análise dos resultados da pesquisa.....	16
Preparação para o casamento como preliminar	16
Celebração do casamento como liminar	18
Pós-casamento como pós-liminar	20
Casamento como ritual de passagem a fase adulta	21
VI. Considerações Finais	25
Bibliografia	26

Resumo

O presente estudo analisa o processo de passagem para a fase adulta entre um grupo de indivíduos em Boane, província de Maputo. Esta temática tem sido abordada à luz de uma perspectiva essencialista orientada pelos princípios biológicos e cronológicos, dos quais consideram que a passagem a fase adulta, obedece dá-se entre os 18 e 24 anos de idade.

Se por um lado esta abordagem permite compreender contextos em que a definição de adulto é feita por meio de uma dimensão cronológica, por outro lado, perde de vista a dimensão ritualista a ela associada.

A partir da limitação da abordagem cronológica, propus-me a realizar uma pesquisa tendo em conta a dimensão ritualista que orienta o processo de passagem a fase adulta. Para a realização da pesquisa foi adoptada a abordagem qualitativa que privilegiou o método etnográfico com uso de técnicas de observações, conversas informais e entrevistas.

Dos dados recolhidos, o estudo revela que a passagem para a fase adulta entre o grupo estudado é feito com base no estatuto social (ser casado) e com o cumprimento de responsabilidades básicas socialmente definidas (como saber cuidar da casa e ter uma boa relação com a família).

Palavras-chave: Ritos, Rituais de passagem, Estatuto social.

I. Introdução

O presente estudo tem como foco a compreensão dos processos de preparação, celebração e pós-casamento como fases fundamentais que marcam a transição para a fase adulta. Esta pesquisa ao inserir-se no âmbito dos estudos da antropologia urbana procurou explorar as relações entre os indivíduos em ocasiões festivas, com vista a compreender como essas relações se configuram em função dos espaços. Por isso, numa primeira fase propus-me a estudar os critérios que interferem na seleção dos espaços para a celebração de casamentos.

Durante a pesquisa exploratória, quando percebi que a celebração do casamento constitui um espaço de sociabilidade (Velho, 1999), tornei o foco da pesquisa mais alargado e multi-facetado com vista a compreender como ocorre o casamento e que tipo de relações são produzidas.

Após a interação com o grupo alvo, a questão do estatuto social foi colocada como um dos elementos centrais neste processo, o que permitiu a mudança do foco de análise para a preparação, celebração e pós casamento como fases fundamentais para compreender o processo da construção de uma identidade adulta.

Os dados recolhidos durante a pesquisa de campo conciliados com a literatura revelam que a definição do que é ser adulto não pode ser tomada como um dado exclusivo, pois o ser adulto, mais do que uma questão cronológica como diz Arnet (2000), pode instituir-se como um “resíduo” inexplicado nos dados iniciais que permite verificar uma nova configuração interpretativa (Peirano, 1992).

Segundo Turner (1974), os rituais de passagem simbolizam a passagem de um estágio social para o outro, diferente do primeiro. Estes são regulados por normas e valores próprios e os indivíduos, que passam pelos ritos, são permanentemente vigiados pela sociedade a que pertencem.

Alguns estudos recentes procuram enfatizar, por exemplo o posicionamento de Turner, como é o caso de Dias (2010) que, afirma queo processo ritual não deve ser classificado como um fenómeno recente, sendo quea sua importância reside no seu desenvolvimento e imposição silenciosa aos participantes do ritual em sociedades simples ou complexas.

As considerações destes autores permitem-me compreender que aaceitação e repetição do processo ritual constituem uma demonstração da necessidade da sua existência, onde a

polissêmica significação dos seus eventos pode se explicar pelas características, necessidades e evolução de cada sociedade.

O estudo dos rituais na Antropologia é relativamente novo, pois entre os primeiros antropólogos como diz Van Gennep, “o ritual era visto como algo socialmente irrelevante, já que nem no domínio social existia algo independente e autônomo para a reflexão” (Van Gennep 2011: 11).

Ainda para este autor até a segunda metade do século XIX, os padrões de comportamento eram explicados com base na redução do social ao biológico, ou davam uma explicação psicológica aos fenômenos sociais, reduzindo sobremaneira o social a vontade de agentes individuais.

O início da visão do facto social como facto total e não passível de explicações biológicas e psicológicas iniciou com Durkheim em 1937 na sua obra com o título “As formas Elementares da Vida Religiosa”, quando analisou o social sobre o ponto de vista da totalidade de vários elementos.

Durkheim lançou as bases para o estudo dos rituais como formas de integração na vida social e despertou o interesse de estudos mais aprofundados sobre os rituais em diversas sociedades.

O estudo dos rituais foi introduzido por Van Gennep, que mostrou que os rituais constituem as etapas que definem novas identidades a uma pessoa e, papéis novos que podem ser desempenhados no grupo de pertença e, que consciencializam sobre os direitos e valores do grupo social.

Portanto, os rituais na Antropologia são olhados a partir de três abordagens. A primeira é a processualista social, vê os rituais como cíclicos, compondo três fases: separação, margem e agregação.

Para Van Gennep (2011) e Victor Turner (1974) os rituais têm a função de mudar os indivíduos de um estatuto social para um outro, reforçando a coesão social.

Para Horácio (2014), esta visão mais do que processualista, também é dinamicista pois vê as três fases (separação, margem e agregação) como sendo fundamentais para os indivíduos na aquisição de novos valores e *status* social.

No entanto, a segunda abordagem que é a performancista difere da primeira pois vê os rituais como elementos de performance, da actuação ou da teatralidade. Para esta abordagem os rituais são como um drama social onde estão presentes a cultura e o desempenho (Van Gennep, 2011)

Esta linha, ao enfatizar a performance e a teatralidade perde de vista os elementos que não são representáveis a nível dos rituais de passagem, o que torna problemático o carácter performancista e teatralidade dos rituais de passagem.

A terceira linha de abordagem difere-se da processualista e performancista, pois diz respeito ao poder e a política. Reconhecendo a dimensão laica e cívica dos rituais, os defensores desta visão dizem que os ritos estão ligados à esfera política e ao poder, como margem de manobra dos chefes transformarem e manipularem os rituais a seu favor (Leach, 1996). Daí que para estes autores, os rituais têm um papel funcional e unificador do conflito (Gluckman (1963), elementos de legitimação do poder (Kertzer, 1988).

Esta abordagem olha os rituais como apaziguadores dos conflitos e legitimadores do poder e da acção política, esquecendo por um lado a outra função que os rituais podem desempenhar como a de mudar os indivíduos de um estágio social para o outro, revelando-se assim reducionista.

Usando esta visão podemos corroborar com a visão processualista na medida em que se muda de estágio e estatuto, mudam-se os papéis sociais dos iniciados que entram numa nova fase com novos papéis sociais.

As visões performancista e de poder e política dos rituais, não permitem atingir os objetivos deste estudo pelo facto de, uma enfatizar a performance e a teatralidade dos rituais, perdendo de vista a essência do ritual de passagem e a outra, por politizar a finalidade dos rituais, perdem de vista a centralidade do ritual nas relações sociais e ignoram as diversas etapas pelas quais o ritual segue, assim como finalidade implícita dos rituais.

O estudo distancia-se da abordagem cronológica, que olha para a categoria de adulto como sendo universal, perdendo de vista as diferentes lógicas contextuais adoptadas pelos indivíduos e a nível das práticas para superar as diferentes fases do ritual de passagem.

A abordagem processualista e dinamista de Van Gennep e Victor Turner, embora peque por tender a universalizar a lógica dos rituais de passagem em um padrão de paradas, movimentos quase cíclicos de alternância, permite-nos olhar os períodos da preparação, celebração e pós-

casamento, como aqueles compostos de momentos preliminares, liminares e pós liminares do ritual de passagem à fase adulta.

Van Gennep classificou os ritos e agrupou as sequências cerimoniais que acompanham a passagem de um estado social ao outro distinguindo o momento de separação (preliminar), de margem (liminar) e de agregação (pós-liminar). Turner (1974), corroborando com a lógica de Van Gennep, introduziu a noção de liminaridade como a passagem entre *status* e a noção de *communitas* como o relacionamento não estruturado que se estabelece entre os liminares.

O presente estudo olha o período da preparação, celebração e pós-casamento como três fases do ritual de passagem à fase adulta, daí que as experiências que conduzem os indivíduos ao casamento e do casamento à fase adulta foram tidas como práticas que compõem as três fases do ritual de passagem onde se manifestam proibições e permissões de actos com vista a preparar o indivíduo para a nova vida social (de casado/adulto).

Na mesma linha de idéias, Douglas (1978) refere que os rituais longe de serem aberrações, dão certa unidade à experiência, pois por meio deles, as estruturas simbólicas são elaboradas e exibidas à luz do dia.

A perspectiva teórica na qual o estudo sustenta, é a dos autores Van Gennep e Victor Tuner em cujo pressuposto base é de que a maior parte dos rituais de passagem é cíclica, compondo uma fase preliminar ou de separação do grupo social, a outra liminar, que é a fase intermediária ou de margem (onde acontece a passagem) e por fim a fase pós liminar que é de incorporação ou agregação social do iniciado (Vann Gennep 2011).

O objectivo deste estudo é analisar o ritual de passagem para a fase adulta. Tendo como problema de estudo compreender como é que os indivíduos vivenciam as diferentes experiências do ritual de passagem rumo a fase adulta?

Para responder a esta questão, é avançada uma dimensão social que acontece ao longo das fases até ao fim do ritual. Cada fase é acompanhada pela mudança do comportamento social através da incorporação e controlo das práticas tais como: ser bom esposo (a), e ter uma boa relação com a família completando-se assim o ritual de passagem com a agregação no indivíduo na sociedade com novo *status* social.

O estudo não aprofunda a situação de indivíduos que tenham se casado mais de uma vez ou que já tenham passado pelo mesmo ritual mais de uma vez e, muito menos aborda as experiências das pessoas que ficaram viúvas.

Estudos existentes sobre esta matéria em Moçambique focalizam os ritos de iniciação como sendo rituais de passagem, existem também estudos sobre os ritos de purificação e reintegração pós-guerra, pós-prisão em que o conteúdo do ritual passa pela lógica de Van Gennep e Victor Turner em fases de separação, margem e (re) integração. Não tendo encontrado estudos que analisam a passagem á fase adulta com referência às três etapas (preparação, celebração e pós casamento).

A nível conceptual, o estudo orienta-se em três conceitos: rituais, rituais de passagem e posição social.

Este estudo foi realizado no distrito de Boane, localizado na Província de Maputo. Foi feita a revisão de literatura e depois do trabalho de campo. Recorreu-se igualmente a entrevistas semi-estruturadas e conversas informais como técnicas de recolha de dados.

Para analisar e compreender os dados recolhidos recorreu-se à abordagem qualitativa que se centra na compreensão e explicação das dinâmicas sociais apurando os significados, motivos, crenças, valores, atitudes e aspirações que estão por detrás da lógica das práticas (Minayo 2010).

II. Revisão de Literatura

Na revisão de literatura foram identificadas duas abordagens. Das quais a primeira mostra que a definição de adulto é feita com base na idade cronológica e a segunda que define adulto a partir de uma visão social.

Na Antropologia a questão dos rituais de passagem é discutida em diferentes linhas de abordagem. Partindo da linha dos evolucionistas em que o comportamento social, valores, ideologias, rituais dos chamados primitivos eram reduzidos simplesmente a um jogo de forças biológicas. A outra visão era psicológica, que reduzia o social à vontade de actores individuais. Duas visões reducionistas, que não só ignoravam os rituais, mas toda a vida social, perdendo de vista a função implícita das relações da vida social.

Tylor citado por Vann Genep (2011) explicava a origem da religião como uma especulação na crença da alma que nascia do sonho dos primitivos que pela imaginação construíam o mundo do sagrado e do sobrenatural. Estas visões mudaram com Durkheim (1937) quando olhou para o facto social total e com Vann Genep (1937) ao olhar para os rituais como uma área autônoma de pesquisas.

Turner (1974), caracterizou os rituais de passagem da mesma forma que Vann Genep, em três momentos: separação (preliminar), margem (liminar) e agregação (pós-liminar). A primeira fase, a da separação, simboliza o afastamento do indivíduo do estado anterior fixo na estrutura social. A fase margem é caracterizada pela sua ambiguidade, não possuindo conotação própria, nem características das fases anteriores e posteriores.

É aqui que se dá a passagem para o novo estágio social. Na terceira fase, o sujeito ou grupo está em uma posição relativamente estável e sob padrões costumeiros desta nova posição social que se ocupa pelos rituais de passagem (Idem).

Turner tratou o ritual de passagem como sendo estrutura e anti-estrutura, pois o ritual de passagem coloca em evidência a oscilação existente entre uma ordem concebida como absoluta e rígida, e os elementos improvisados e variáveis que exprimem a mudança do social, por vezes conflituante com a ordem anterior.

Segundo Turner (1974), na etapa liminar, as entidades liminares não possuem posição estática, estão em uma posição intermediária atribuída por leis, costumes e convenções. Nesta fase, as

liminares não possuem *status*, e nem vestimenta que os distinga dos demais ou que os fixe em determinado papel. Possuem um comportamento passivo e humilde, aceitando punições de seus superiores, sem poder queixar-se ou expressar alguma reacção.

Com a ausência de um papel social definido nesta etapa, estando à margem da sociedade, qualquer um que esteja incluído nesta sociedade é considerado superior ao que se encontra na liminaridade. Deve se aceitar esta humilhação ou opressão para que de forma uniforme seja colocado em situação homogénea para uma nova situação de vida, distinta daquela em que se encontrava antes da liminaridade. “O que existe de interessante com relação aos fenómenos liminares no que diz respeito aos nossos objectivos actuais é que eles oferecem uma mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem” (Turner 1974: 118).

Há um reconhecimento da ausência de um vínculo social que existia antes do ritual e que poderá existir depois desta fase, no entanto, neste momento, sem a possível inclusão em uma estrutura social, sem uma divisão interna ou inclusão na sociedade como um todo em sistemas hierárquicos de economia, política, não se pode separar os seus integrantes como pertencentes àquela ou a esta estrutura. Todos estão em liminaridade, pois é aqui que estabelecem a *communitas*, como uma comunhão de indivíduos iguais e se submetem a autoridade dos anciãos (Turner 1974).

O traço característico da liminaridade segundo Turner, implica que o alto não poderia ser alto sem a existência do baixo, e quem está no alto deve experimentar o que significa estar em baixo, há portanto, uma sucessão de alto e baixo, *communitas* e estrutura, homogeneidade e diferenciação, igualdade e desigualdade, hierarquia e nivelamento.

Enquanto Rivière (1996), olha para o ritual como um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica com sequências reguladas e ordenadas de palavras e actos expressos por múltiplos meios como: ordem, formalismos, rigidez, condensações e repetições, visão compartilhada por Teixeira (1981), quando diz que os rituais são situações marcadas pelo formalismo, pela solenidade, pelo cerimonial, pela observância de normas e práticas prescritas. Esta visão reforça a ideia do ciclo do ritual, onde em cada fase se aplicam práticas próprias.

Por seu turno, Cavedon (1988), salienta que o ritual de passagem representa a morte simbólica do candidato que possui sua identidade temporariamente destruída, para renascer como membro da organização ou comunidade que será incorporado. Visão que corrobora com os

pressupostos avançados por Vann Gennep e Turner, quando falam da aquisição do novo estatuto por parte do candidato.

Enquanto Da Matta (1997), considera que o ritual é o espaço e tempo no qual a sociedade põe em destaque aqueles valores que estão estabelecidos no seu cotidiano de forma que eles possam ser agraciados com a pretensão de serem eternos ou serem questionados e reavaliados para serem moldados progressivamente conforme as novas formas das relações sociais. É a idéia de transmissão de valores do grupo às gerações mais novas que poderão questioná-los e adaptá-los aos novos desafios conforme o tempo e espaço.

Deste modo, o ritual de passagem pode servir para manter o *status* da sociedade, assim como pode gerar novos padrões de comportamento. Da Matta, traz a ideia de socialização por meio do ritual de passagem, o que de alguma forma condiz com o que é avançado pelos autores Vann Gennep e Turner. Nisto, na passagem para a fase adulta, não só há mudança de *status*, mas também suscita novos comportamentos no novo indivíduo com o ganho de um novo papel social.

III. Conceptualização

A perspectiva teórica na qual o estudo assenta é a dos autores Van Gennep e Victor Turner, cujo pressuposto base é: a maior parte dos rituais de passagem são cíclicos, compondo uma fase preliminar ou de separação do grupo social, outra liminar, que é de margem (onde acontece a passagem) e por fim a fase pós-liminar que é de incorporação ou agregação social do iniciado (Van Gennep 2011). Os conceitos que o estudo adopta são: ritual, rituais de passagem e posição social.

Ritual

Segundo André cit. Aurélio (2004), o conceito ritual designa as regras e cerimónias que se devem observar na prática de uma religião. Igualmente refere a qualquer cerimónia de carácter simbólico que segue preceitos estabelecidos individualmente ou socialmente.

Neste caso, pode se definir ritual como a realização de ritos; um cerimonial de carácter sagrado ou não, regulado por normas próprias e por vezes repetitivo, que se deve observar de forma invariável em ocasiões determinadas. Para Houaiss (2000), ritual é o conjunto de actos e práticas próprias de uma cerimónia sagrada, onde se estabelecem regras individuais ou sociais, observadas de uma forma solene e repetida.

A definição de Cox (1998), é a que mais se aproxima a temática deste estudo, na medida em que olha para o ritual como actos simbólicos e repetitivos direccionados aonde os interesses pela vida se situam, onde os participantes ganham novas identidades, transformando-os, transmitindo significados sociais, verbal e não-verbal e, oferecendo o paradigma de como o mundo é concebido e vivenciado. A partir desta visão podemos dizer que os indivíduos ao passarem ao estatuto de casados, ganham nova identidade através das fases do ritual, concebendo uma nova realidade do mundo.

Rituais de passagem

Na literatura consultada, os rituais de passagem são tratados por parte de autores como ritos de iniciação, Boudon (1990) define ritos como sendo: “conjunto de actos repetitivos e codificados, muitas vezes solenes, de ordem verbal, gestual e postural de forte carga simbólica, fundado na crença, na força actuante de seres ou de poderes sacros, com os quais o homem tenta comunicar, em ordem a obter um efeito determinado”.

Boudon, sugere dois aspectos passíveis de análise nos ritos: o primeiro refere-se à construção e afirmação dos papéis sociais dos indivíduos participantes e o segundo é sobre a estrutura, sobre a qual assenta a prática dos ritos.

Ao olhar para os ritos de iniciação como cerimónias usadas para assinalar e concretizar a transição de um *status* social para o outro. Johnson (1997), que olha para os ritos de iniciação como cerimónias usadas para assinalar e concretizar a transição de um *status* social para o outro.

Segundo a perspectiva de Vann Gennep (2011), percebe-se que os rituais de passagem são actos de um género especial, ligados a uma certa tendência de sensibilidade e determinada orientação mental. Organizados em bases mágico-religiosas, onde os introduzidos passam do mundo profano ao mundo sagrado e que esta passagem é acompanhada de cerimónias específicas em cada fase (separação, margem e por fim a agregação).

Para Durkheim (1937), os rituais de passagem constituem o principal meio de diferenciação entre os papéis sociais essenciais para a manutenção da ordem social. Nesta lógica Durkheimiana, é possível discernir que numa sociedade pode se distinguir pelos papéis exercidos, os que passaram pelo ritual e os que ainda não passaram.

Por seu turno Mitchel (s/d), define os rituais de passagem como processo cerimonial pelo qual se ganha uma nova posição social, ou seja, a passagem de um estatuto para o outro, cujas características essenciais são a aquisição de novos deveres e direitos, em virtude da sua mudança de estatuto. Esta visão condiz com o ritual em análise, pois à passagem para a fase adulta, ganha-se novos direitos e deveres em virtude da aquisição do novo estatuto social.

Os autores acima apresentados convergem quando consideram que os rituais de passagem são essa sequência cerimonial que tem por fim a condução de um estágio social para outro estatuto social, regido por leis e normas próprias, onde a comunidade cobra o iniciado em acções e responsabilidades pelo novo estatuto adquirido.

O estudo adopta o conceito (rituais de passagem), pois analisa a preparação para o casamento, celebração do casamento e pós-casamento como componentes de um ritual de passagem para a fase adulta. É a partir deste ritual que o indivíduo adquire o estatuto social de adulto com novos deveres e direitos, pois, pela preparação para o casamento o indivíduo é separado do grupo social anterior, e pela margem o indivíduo experimenta a celebração do casamento, que é o despojo do anterior status, fase crucial do rito de passagem e no pós-casamento o trausente

ganha o estatuto de adulto pelo seu parceiro, com novos deveres e direitos na família e na sociedade, completando-se o rito de passagem.

Estatuto Social

Segundo Cristina cit. Worsley (1983), estatuto social designa o lugar, ou posição que determinado indivíduo ou grupo ocupa na coletividade, bem como o conjunto de comportamentos que esse indivíduo ou grupo pode objectivamente esperar dos demais em virtude do papel social que desempenha.

A posição social abarca o conjunto de privilégios e atributos ligados com a posição que determinado indivíduo ou grupo ocupa na estrutura social (idem). Nesta pesquisa entende-se estatuto social como o lugar que um indivíduo ocupa no grupo de pertença.

IV. Método e técnicas de recolha de dados

Este estudo foi de carácter exploratório e usou uma abordagem qualitativa que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificadas na totalidade, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite “mergulhar no universo” simbólico do objecto de estudo e captar os sentidos e valores a ele associado, a partir do contacto directo que o pesquisador mantém com os seus informantes.

O estudo compreendeu três fases. A primeira foi a revisão de literatura relevante sobre os rituais de passagem que começou em Fevereiro de 2014 e se prolongou até ao fim do estudo. Nesta fase fiz a leitura de obras sobre rituais de passagem e sobre o casamento, foram lidos manuais sobre métodos e técnicas de pesquisa na Biblioteca Central Brazão Mazula, na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia. Esta etapa acompanhou todo o processo de produção do texto.

Depois da revisão de literatura relevante sobre o assunto e feitas as notas, se privilegiou o trabalho de campo como procedimento da pesquisa no terreno, que permitiu a recolha de dados sobre o processo de definição da fase adulta, que foram divididos em três fases: a preparação para o casamento, a celebração do casamento e o pós-casamento (aonde o indivíduo passa a ser considerado adulto), onde a partir das entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, procurou-se colher informação relevante sobre as práticas e como foram e são vivenciados pelos indivíduos.

A segunda fase foi o trabalho de campo iniciado em Abril de 2014 e se prolongou até Julho de 2015 aonde primeiramente no salão de eventos Kholwisa (localizado no distrito de Boane) que presta serviços de ornamentação, decoração e aluguer de espa

ço para a realização de eventos como casamentos, baptismos e aniversários onde os funcionários após aceitarem que fizesse a pesquisa com base naquele local apresentaram-me aos informantes explicando que eu ia conversar com eles para fazer um trabalho da escola e posteriormente desenvolveram-se conversas e entrevistas em casa dos mesmos.

Em Peirano (1992), o trabalho de campo é método de procedimento por excelência, de Antropologia e, constitui um ritual de passagem na formação de antropólogos. E tem como objectivo último, aceitar que mesmo havendo limitações de carácter histórico, existe sempre alguma coisa que pode ser aproveitada, a autora também diz que na ciência antropológica, a

pesquisa etnográfica é um caminho através do qual, a teoria antropológica se sofisticava e se desenvolvia.

A recolha de dados teve em conta a articulação da observação directa, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas como técnicas de pesquisa.

Durante a observação entrevistei pessoas casadas e algumas pessoas que estavam prestes a se casar como forma de conhecer as experiências e as práticas associadas ao ritual do casamento. Foram recolhidos discursos que serviram para compreender a relação entre os noivos e os seus familiares.

As conversas informais foram usadas como auxiliares das entrevistas estruturadas. A realização destas conversas teve em conta a observação de algumas fases do ritual.

Foram entrevistadas sete pessoas sendo que três eram pertencentes ao sexo masculino e quatro ao sexo feminino. Duas pessoas tinham o ensino superior incompleto, três tinham completado o nível médio e duas tinham completado o nível superior. Todos são funcionários e residentes em no distrito de Boane.

A terceira fase do trabalho consistiu na análise dos dados recolhidos no campo e na confrontação com a literatura existente. Esta fase terminou com a elaboração do trabalho.

Inicialmente, o anúncio do interesse da pesquisa sobre o casamento foi interpretado no salão de eventos Kholwisa e pelos entrevistados como uma tentativa de participar em festas sem convite. Não fazia sentido que um moçambicano pesquisasse um assunto tão “conhecido” entre *nós*, só podia fazer sentido se fosse uma estratégia adoptada por um “*jackador*”.

A estratégia adoptada para superar este constrangimento foi explicitar aos entrevistados que o meu conhecimento sobre o ritual (casamento) não era necessariamente completo. A presunção de conhecimento total sobre um fenómeno social é prejudicial para a produção científica. Em outras palavras, pode-se dizer que a dinâmica e a complexidade do casamento não poderiam conferir ao pesquisador, e provavelmente a qualquer outra pessoa, o estatuto de pleno entendedor, mas antes pelo contrário, suscitam maior interesse em aprofundar continuamente o tema. Este argumento não teve efeitos milagrosos mas constituiu um fundamento para que as conversas fluíssem enquanto modificava, gradualmente, a compreensão sobre o meu relativo distanciamento em relação ao ritual.

Os nomes usados no estudo são fictícios, como forma de proteger a identidade dos informantes.

A desistência de alguns informantes, que inicialmente tinham aceitado dar informações, mas que nos dias seguintes já mostravam impossibilidades de continuar a colaborar constituiu um obstáculo. E muitas vezes, os informantes não estavam disponíveis à hora marcada da entrevista. Porque tinham que fazer tarefas domésticas como cozinhar, lavar e varrer. Isto levava me a ficar longos períodos em casa dos informantes e por vezes era “obrigado” a remarcar as entrevistas.

Descrição do local do estudo

O distrito de Boane está situado na província de Maputo, a sua sede é a vila de Boane. Este distrito faz fronteira a norte com o distrito de Moamba, a oeste e a sudeste com o distrito de Matutuine e a leste com o município da Matola.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007) dão conta de que Boane é habitado por 102. 457 habitantes distribuídos em dois postos administrativos, nomeadamente, Boane e Matola-Rio, divididos em quatro localidades designadamente Vila de Boane, Eduardo Mondlane, Gueguegue e Matola-Rio Sede.

A língua falada no distrito é o Ronga, juntamente com a língua Changana. Actualmente, todavia, localizar com precisão estas línguas é difícil, devido às grandes e frequentes movimentações das populações que começaram na altura da guerra e que ainda hoje continuam por causa sobretudo do fenómeno da urbanização. Estes factores provocaram uma considerável mistura linguística, especialmente entre o Ronga e o Changana.

O distrito de Boane tem duas esquadras. Tem dez escolas, incluindo uma Universidade (Utiwi). Tem cinco mercados onde são vendidos variados produtos.

A principal actividade económica é a agricultura. O distrito possui uma Estação Agrária, uma unidade do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique e uma fábrica de fundição de alumínio localizada em Beleluane, no posto administrativo da Matola-Rio.

V. Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

Preparação para o casamento como preliminar

Esta secção dedica-se à descrição e apresentação da fase da preparação do casamento e, é nesta fase em que se compreende os processos de aprendizagem como mecanismo pelo qual se deve passar.

No contexto do estudo, aprendem como norma que um dia devem passar pelo ritual do casamento, instituição que visa doutriná-los a serem responsáveis e respeitosos diante da sua família e da sociedade.

Segundo Martinez (1989), o conhecimento e atracção mútua entre os noivos pode acontecer espontaneamente, durante uma festa, nas brincadeiras juvenis, ou em qualquer outro momento da vida. O primeiro consentimento dá-se tacitamente entre os noivos e pode consistir num sorriso, num olhar ou qualquer outro gesto que demonstre mútuo interesse.

Ainda para o mesmo autor, o jovem estimulado pelos sinais de consentimento da rapariga consulta ao seu pai manifestando o seu desejo de noivar a rapariga. Normalmente, a relação matrimonial resulta de um processo de negociação entre duas famílias.

A família do rapaz pretendente vai pedir a mão á família. Assim, o alargamento da rede familiar e de parentesco é garantida a partir da união matrimonial entre famílias, que resulta de conversações e de acordos inter-familiares. Pedir a mão e casar-se na família do cônjuge significa afirmar se como crescido, responsável e respeitoso (idem).

O casamento para o grupo estudado é uma afirmação e manifestação de crescimento entre os cônjuges e serve não só para legitimar relações conjugais entre indivíduos de sexos biológicos diferentes e, constitui uma das formas de afirmação dentro da sociedade.

Tal como demonstra o depoimento abaixo:

“Eu conquistei a minha namorada e depois de algum tempo informei ao meu pai que eu tinha interesse em me casar, por sua vez o meu pai falou com os meus tios e depois de alguns dias eles foram para a casa da moça que eu queria” (Rui, 35 anos de idade).

Do trecho acima, podemos dizer que os filhos manifestam o seu desejo de casar aos pais e eles contactam a família da rapariga pretendida. Esta por sua vez, dá a resposta e, se for positiva, marca-se o dia do casamento.

A separação da residência habitual, segundo o estudo apurou, ainda continua em alguns casos, mas sob outras formas, pois actualmente os indivíduos vão as igrejas, escolas ou reuniões onde lhes são transmitidos conhecimentos sobre como se devem comportar depois do casamento.

Neste caso, uma das informantes disse ter participado em alguns encontros na igreja (Nazareno) até à altura em que se casou, como forma de ter conselhos sobre como se comportar depois do casamento, como ela própria nos disse:

“ Sabe eu tive que ir a reuniões na igreja, logo que decidi que queria me casar, pois me disseram que lá eu aprenderia muitas coisas. Só vim a parar de ir para lá meses depois do casamento, pois após realização da cerimónia do casamento eles continuaram a me ensinar como devo cuidar do meu marido e do meu lar” (Ana, 27 anos de idade).

O desenrolo destas fases de preparação do casamento abre um espaço de análise das micro-dinâmicas sociais, onde por exemplo, na perspectiva de Van Gennep (2011), pode-se olhar para a fase de preparação como uma momento preliminar que antecede o próprio casamento, dado que esta preparação e a celebração em si do casamento são uma totalidade.

O entrelaçamento dos ritos de separação, margem e agregação evidenciam-se mesmo antes do casamento, dado que desvinculam e agregam as pessoas da família. Portanto, a preparação do casamento constitui-se como uma fase preliminar pelo facto de apresentar elementos que tendem cada vez mais a ensinar os indivíduos são ensinados que devem passar pelo ritual do casamento, e como tal, devem comportar-se de forma específica.

Celebração do casamento como liminar

Nesta secção descrevo os processos e os mecanismos de celebração do casamento e, não só, procuro mostrar as lógicas que articulam as opções dos indivíduos subjacentes.

A celebração do casamento constitui a transição da margem para a agregação. O casamento é visto como momento liminar, a fase que o indivíduo experimenta a transição do estado da infância para a fase adulta e da fase assexuada para a fase sexuada. Com a celebração do casamento o indivíduo entra na liminaridade, onde forma aliança com um outro grupo social e perde o seu *status*. É o período da verdadeira passagem, o mais especial de todo o ritual de passagem para a fase adulta (André, 2014).

O fim do pré-liminar e o início do liminar dão-se quando os indivíduos chegam ao local da celebração do casamento, onde entoam-se cânticos e dança-se. Com a celebração do casamento, o indivíduo transita para o novo estágio onde passa a ser considerado adulto. Este momento é caracterizado por muita emoção por parte dos indivíduos que passam pelo ritual e da sua família, por isso, várias práticas são observadas antes e durante a realização da cerimónia de casamento de modo a tornar o momento memorável.

Assim como consideram os informantes, a celebração do casamento constitui um ponto importante no processo social, pois casar-se com alguém transcende ao acto meramente fisiológico, mas constitui um evento definido e desenvolvido dentro de um padrão cultural.

Estas considerações revelam uma lógica específica deste grupo que tende a orientar e regular o ciclo de aprendizagem de geração em geração e explicações sobre o facto da vida de casado ser um mistério, e torna-se evidente e define *a priori* com quem deve ser compartilhado estas informações, ou seja, deve ser compartilhado por aqueles que tenham passado pelo mesmo processo.

Durante a realização do casamento há um momento de celebração, marcado pela entoação de cânticos, danças e a troca de alianças. Nesta fase, os noivos são introduzidos na nova fase onde ganham um novo *status* social, com novos deveres e direitos, marcando novas alianças e união de um novo grupo. assim como o analisou Monticelli (1997).

Segundo Bagnol (2008), no sul de Moçambique, o momento do casamento civil é acompanhado pelo casamento tradicional (lobolo), que visa interceder junto dos antepassados para proteger e abençoar o casal. Em outros contextos como o centro de Moçambique, esta

acção é reservada aos designados profetas, enquanto no norte, estes rituais são feitos pelos anciãos da família com finalidade de proteger o futuro lar.

Conforme esta visão sobre as práticas antes e depois do casamento, uns admitiram ter rezado antes do início do casamento, convidar as pessoas mais próximas a família para testemunhar o momento. Como podemos ver no depoimento de um dos informantes:

“Não sei como descrever, mas sentia algum medo quando se aproximava o dia da celebração do casamento. Eu não parava de rezar até que começou o momento da cerimônia minhas mãos tremiam e os meus familiares e amigos davam instruções sobre como me posicionar, não foi fácil mas a experiência foi única na minha vida”. (Lurdes 33 anos de idade).

Importa referir que o medo e a incerteza fazem parte do estado de espírito dos noivos durante a preparação e realização do casamento, pois segundo eles não sabem o que vai acontecer. Por isso um número restrito de pessoas é convidado, pois pensa-se que nem toda a gente está feliz com a união, o que pode propiciar um casamento complicado. Esta questão de não convidar muita gente, em alguns casos, tem a ver com a crença na feitiçaria intra ou extra familiar que pode causar complicações no novo lar que se está a formar.

Estes cuidados, medos e incertezas estão presentes em todas as etapas do ritual. Não devem ser entendidos como típicos de uma determinada etapa. Daí, não se deve observar as etapas como lugares sequenciados intransponíveis são ferramentas teóricas que organizam a leitura e compreensão do evento, mas o evento em si não obedece a essas etapas.

Pós-casamento como pós-liminar

O período designado de pós-casamento começa após terminar a festa de casamento, só termina quando os noivos passam a residir juntos. Várias alterações comportamentais ocorrem nesta fase.

Estas transformações envolvem um conjunto de estratégias que se circunscrevem principalmente no ambiente caseiro, pois, neste período os indivíduos passam a residir juntos e, por vezes, também com familiares. É a fase de agregação dos noivos à família e a sociedade, que neste estudo designa-se de pós-liminar.

Segundo Costa (2001) e Ferreira (1986), o pós-casamento constitui um período em que os indivíduos devem submeter-se a certas regras, com o intuito de evitar conflitos. Corroborando com esta idéia, os indivíduos adoptam novas formas de se comportar.

Nesta óptica, Costa (2001) e Monticelli (1997), nos seus estudos sobre o pós-casamento entre os noivos no Brasil, constataram que os noivos estão mais vulneráveis em termos simbólicos, daí que adoptam um conjunto de práticas que segundo Stefanello et al (2008), não são muito bem justificadas e explicadas pelos próprios noivos. Porém, continuam a observa-las por entenderem que tais procedimentos são indispensáveis e favoráveis à manutenção do seu bem-estar, pois as mães, sogras, avós e tios assim o fizeram, como diz um informante:

“Sabe é muita coisa por evitar e muita coisa por fazer para se cuidar, nunca pensei que fosse tão exigente assim. Faço tudo o que me aconselham para o meu bem-estar e do meu parceiro, senão a vida corre mal. Se eu não fizer algo, e acontecer algo comigo ou com o meu parceiro, as pessoas irão me culpar, então procuro não fugir dos ensinamentos que me são transmitidos, apesar de não ser fácil”(Ana 27 anos de idade).

Com este relato, podemos constatar que inicia nesta fase uma nova vida para o indivíduo, em que a agregação social se faz com o cumprimento das regras e recomendações da fase. Nestas questões transmitidas e assimiladas, realiza-se a reprodução cultural das práticas que são o imaginário colectivo dos noivos na sociedade e nas suas famílias.

Casamento como ritual de passagem a fase adulta

Esta secção descreve as diferentes experiências e percepções dos indivíduos sobre os rituais de passagem. Estas experiências são pessoais e cada informante evidenciou o carácter peculiar de descrever estas práticas e os significados que atribui, porém, existem práticas que são comuns a todos informantes, e significados atribuídos semelhantes em todos, o que demonstra o grau de padronização dos indivíduos neste período.

A prática de cuidados, sobretudo no lar torna-se imprescindível para o bem-estar do indivíduo e do seu parceiro, por isso, este esforço revela-se a dobrar, pois, é algo de tão sensível que não deve ser desprezado. Os rituais de agregação tornam-se evidentes nesta fase, em que os noivos começam por si só a notar que já estão num outro estágio da vida social e que precisam de assimilar as práticas da fase para serem dignos do estatuto de adulto, que ganharam com o casamento.

Para se alcançar o estatuto de adulto é necessário a combinação de vários requisitos entre os quais faz parte casar-se pois valoriza-se a experiência de se unirem dois grupos sociais (duas famílias), daí a importância dada ao casamento para se pertencer a esta categoria.

Quando estava a participar de uma festa de casamento no salão de eventos *Kholwisa*, do Rui e da Maria (pessoas que já tinham aceiteado facultar dados para a pesquisa) e, a dado momento no decorrer da festa um tio do noivo quis proferir um discurso e não lhe foi permitido.

Nisso questionei porque não foi permitido que proferisse um discurso e ele respondeu que ele não podia falar pois é considerado criança e que apesar dele ser mais velho em termos de idade (cronológica) em relação ao noivo ele ainda é visto como sendo criança. De seguida, voltei a questionar porque o consideravam criança e foi-me dito:

“ Dizem que sou criança pois ainda não sou casado e, todos aqueles que não são casados são crianças” (Bento, 37 anos de idade).

Como ilustra o trecho acima, os sujeitos que não são casados são considerados crianças, o que deixa claro que para ser considerado adulto não basta atingir uma certa idade, tem que casar, assim, ser adulto é uma possibilidade, considerando que há indivíduos que não se casam e conseqüentemente não se tornam adultos.

O argumento acima é reforçado pelo depoimento que se segue:

“Quando eu ia para as reuniões familiares antes de me casar não me deixavam falar e há certas vezes que nem me chamavam pois diziam que era criança e que quando eu fosse casado e crescido haveria de poder participar” (Carlos 33 anos de idade).

Segundo Cristina (2014), as categorias crianças e adultos, indicadas a partir de critérios de diferenciação, e que têm implicações no quotidiano dos indivíduos, não são simples distinções a nível de palavras, cada grupo é tratado de forma diferente no dia-a-dia, e quando ainda não é casado o indivíduo é considerado criança e não é respeitado pela família portanto não lhe chamam para certas reuniões familiares, deixando claro que há certas informações que as crianças não podem ter acesso.

Esta forma de tratamento para os indivíduos mostra que para além do que aborda Cristina (2014), que diz que adulto é todo o ser que atinge uma certa idade, este contexto permite discordar dessa forma de definição de adulto, ao revelar-nos a existência de crianças, adultos e “não adultos” que na literatura seriam considerados adultos, mas neste contexto não são. Estas categorias identificadas dão espaço para ver adulto não como algo natural e nem como algo formado cronologicamente com base em critérios etários, mas sim como algo socialmente construído e que se atinge mediante a passagem por rituais.

A idade cronológica não constitui um factor suficiente para definir e explicar o *status* social de um indivíduo, mas os factores sócio-culturais que influenciam e podem determinar essa posição social.

Em casa de Luis (um dos participantes da pesquisa) desenvolvemos uma conversa na qual ele contava-me que para conseguir ter lar não é fácil e revelou:

“O irmão do meu pai dizia que eu não era adulto, e andava a dizer de que adiantava eu ter trinta e tal anos e barba se ainda não sou casado. Haaa... Ele sempre me criticava, dizia que eu devia arranjar uma mulher séria logo e me casar para me tornar me homem de verdade” (Luis, 35 anos de idade).

Na afirmação acima podemos notar que ser adulto é mais do que atingir uma certa idade ou ter feito ou ter barba (no caso do homem), como nos mostra o depoimento de Rui, o que faz com que a pessoa seja considerado adulto é ser casado, os indivíduos podem ter mais de 24 anos, mas isto não os faz adultos, nesse contexto o individuo só passa a ser adulto depois do casamento e quando passa a faixa etária entendida como normal para casar, surgem pressões sociais, estigmas e conotações.

Em conversa com Zubaida ela referiu:

“Quando eu casei-me com o meu marido primeiramente fomos viver em casa dos meus sogros e a minha sogra dizia que sou criança, que não sou adulta e não tenho respeito porque antes do filho dela estar casado comigo o meu marido sempre lhe dava dinheiro mas logo que ele casou se comigo ele já só dava dinheiro a mim” (Zubaida 34 anos, casada).

Estas palavras mostram que para além de casar tem que deixar o parceiro ter uma boa relação com a sua família para ser considerado adulto. Assim, este é mais um requisito para se ser considerado adulto.

Para Cristina (idem), para além de casar há outros requisitos para se pertencer a categoria de adulto como: deixar o parceiro ter uma boa relação com a família. Estes depoimentos revelam ainda a existência de uma outra categoria que é a dos “não-adultos” constituída por indivíduos que não se casam (por opção ou porque não conseguem), e estes são muitas vezes criticados pelos amigos e familiares que chegam por vezes a marcar reuniões para falar dele e se o indivíduo está presente é questionado sobre a sua parceira e/ou fazem piadas referentes a sua orientação sexual.

Em conversa com Francisca sobre as dificuldades que teve para se casar contou:

“Eu demorei muito para ter marido, comecei a trabalhar em 2002, e já tinha 25 anos, durante o tempo em que eu não era casada, meus tios diziam que eu não queria crescer, que eu não queria deixar de ser menina” (Francisca 34 anos).

Estas palavras deixam claro que ao casar, deixa-se para trás um *statuse* passa se para um outro, ou seja, depois de casar não se continua a ser criança.

Palavras parecidas são encontradas em Paula ao dizer:

“Conheci meu actual marido na altura em que eu estava a trabalhar na Moamba, um ano depois decidimos viver juntos e não tínhamos ainda dinheiro suficiente para dar a festa de casamento, antes não me respeitavam, não me chamavam para as reuniões de família ou se me chamassem não deixavam falar” (Paula, 35 anos).

Em conversa com Catia ela referiu:

“Minha sogra não gosta de mim, ela diz que não sou mulher para o filho dela porque já fui casada e tenho um filho do anterior casamento. E ela sempre me pergunta porque não fiquei no meu anterior lar” (Catia, 28 anos de idade)

Estas palavras foram proferidas por uma informante quando falava do seu relacionamento com a sua sogra e dizia que a sogra não gostava dela e quando a perguntei porquê, respondeu me daquela maneira. Como deve se perceber, para a sogra a nossa informante já passou da categoria de adulto, ou seja, já perdeu o estatuto de adulto segundo os critérios estabelecidos neste grupo, pois apesar de ser mulher não é vista como tal, por ter sido casada antes e por ter tido filho no seu anterior casamento em função dos valores da “pureza” e da isenção de compromissos anteriores para o filho uma que é uma espécie de casamento em igualdade de situações sociais (idem).

Esta seria uma condição presumida para a felicidade do filho, até porque a experiência de casamentos anteriores pode ser usada não somente entre o casal mas também contra a família dele onde a sogra está incluída. Denotando, com efeito, que estão igualmente em causa relações de poder, os conhecidos “jogos” de influência e manipulação entre o casal e as famílias. O que nos leva a perceber que há requisitos para permanecer na categoria de adulto e, estes fazem com que mesmo depois de ganho possa perder-se caso, estes não ajam de acordo com o que se espera de um adulto e perde o *status* de adulto e passa a ser considerado “não-adulto”.

VI. Considerações Finais

O presente relatório de pesquisa analisou o processo de passagem para a fase adulta entre um grupo de indivíduos no distrito de Boane. A revisão de literatura sobre o assunto nos revela que a passagem para a fase de adulta dá-se a partir de certa idade que os indivíduos atingem o que faz pensar a passagem para a categoria de adulto de forma padronizada e, desta forma esta explicação perde de vista as variáveis sociais (rituais) no processo de definição de adulto.

Os dados de pesquisa permitem perceber que a passagem para a fase adulta é feita a partir do estatuto social (ser casado) e com o cumprimento de responsabilidades básicas socialmente definidas (como saber cuidar da casa e ter uma boa relação com a família).

Esta forma de definição de adulto permite ao estudo distanciar-se da visão dominante sobre o assunto, ao mostrar que a idade cronológica não é suficiente para se alcançar o estatuto de adulto, pois no grupo estudado nem todos que atingem uma certa idade (18 a 24 anos de idade) são considerados adultos, devendo passar pelo ritual do casamento para alcançar este *status*, e estes passam a ser vistos como pessoas responsáveis e com respeito.

Este estudo, sendo de carácter exploratório, abre espaço para futuras pesquisas como por exemplo, seria interessante explorar outras formas de alcançar o estatuto de adulto bem como procurar entender os motivos e percepções dos indivíduos que atingem uma idade considerada “certa” para casar e que não o fazem, ou seja, procurar compreender as expectativas e responsabilidades sociais de uma pessoa solteira (que ainda não passou pelo ritual do casamento).

Bibliografia

- ANDRÉ, Horácio (2014). Mães de primeira viagem-gravidez, parto e pós parto como tríade do ritual de passagem para a maternidade inicial entre mulheres na cidade de Maputo- Dissertação de Licenciatura em Antropologia. Universidade Eduardo Mondlane.
- ARNET, Jeffrey Jensen. (2000). *Emerging Adulthood: A Theory of Development from the late teens through the Twentiens*. American Psychologist. Pp 469-480.
- CAVEDON, Neusa Rosita. (1988). As manifestações rituais nas organizações e a legitimação dos procedimentos administrações [Dissertação de Mestrado] - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CHAMILCO, R. A. S. I. (2004). Práticas obstetricias adoptadas pelas parteiras tradicionais na assistência ao parto e nascimento domiciliar na Amazónia Legal Santana AP. Dissertação Mestrado, Escola de enfermagem Anna Nery/UFRJ, Rio de Janeiro.
- COSTA, M.C.G(2001). Puerpério: a ambivalência das estratégias para o cuidado. Dissertação para obtenção do grau de doutoramento em enfermagem na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto: escola de enfermagem.
- CRISTINA, Nivalda (2014). Um estatuto volátil: um estudo sobre definição de uma mulher a partir de alguns pontos das cidades de Maputo e Matola. Dissertação de Licenciatura- Universidade Eduardo Mondlane.
- DA MATTA, Roberto (1997). Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro, Rio de Janeiro: Rocco.
- DIAS, Jorge e Margot. (1970). Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar- Centro de estudo de antropologia Cultural, Vol 3.
- DIAS, Patricia Regina Correa. (2010). Ritos e Rituais-Vida, Morte e Marcas corporais: a importância desses símbolos para a sociedade. VIDYA, v.29, n.2, p. 71-86
- DOUGLAS, Mary. (1996). Pureza e Perigo. Lisboa: Edições 70.
- DURKHEIM, Emile. (1937). As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes.
- GIDDENS, Anthony. 2001. O mundo na era da globalização. Lisboa: Editorial Presença.

GLUCKMAN, Max. 1974. Rituais de rebelião no sudeste da África. Brasília: Cadernos de Antropologia.

JOHNSON, Alan. 1997. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

JUNOD, Henry. 1996. Usos e costumes dos Bantu. Tomo 1. Maputo: Arquivo histórico de Mocambique.

LEACH, Edmund. 1996. Sistemas políticos da alta Birmânia. São Paulo: edição da Universidade São Paulo.

MAIA, Rui Leandro e tal. 2002. Dicionário de Sociologia. Porto: Porto Editora.

MARTINEZ, Francisco Lerma. (1989). O povo macua e a sua cultura. Lisboa: Ministério da Educação/IICT. pp. 207-222.

MEDEIROS, E. 1995. Os senhores das florestas: ritos de iniciação dos rapazes macua-lomué do Norte de Moçambique. Coimbra: FCTUC.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org). 2010. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: RT Vozes.

MITCHEL, G. Duncan (s/d). Novo dicionário de Sociologia. Porto: Res Editora.

MONTICELLI, M. 1997. Casamento como um rito de passagem: abordagem para cuidar os noivos e recém-casados. São Paulo: Robes.

O'NEILL, Brain Juan. 2008. “ Os rituais como expressões multiculturais” in A.T. Matos; M. Lages (orgs). Portugal Intercultural: Razão e Projecto (Vol. III, Multiculturalidade: Matrizes e Configurações). Lisboa: CEPCEP, pp. 53-104.

Osório, Maria da Conceição. 2008. Ritos de iniciação: um debate necessário. Maputo: WLSA Moçambique.

PEIRANO, Mariza. 2002. A análise antropológica dos rituais. In “O dito e o feito: ensaios de antropologia antropologia dos rituais. Rio de Janeiro.

PINELLI, F.G. 1988. Conhecimentos e opiniões dos noivos sobre o casamento (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Escola Paulista de Estudos Sociais.

RIVIERE, Claude. 1996. Ritos profanos. Petrópolis: Vozes.

RODOLFO, Adriane Luísa. 2004. Rituais de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropologia. Rio Grande do Sul: Estudos teológicos, Vol 44.

STEFANELLO, Juliana; Nakano, 2008. Crenças e tabus relacionadas aos cuidados no pós casamento: Significado para um grupo de homens. São Paulo: Revista de casamento.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. 1981. Vestibular: ritual de passagem ou barreira ritualizada. Ciência cultura. Vol. 2.

TAIBO, Rúben. *Lobolo(s) no Moçambique Contemporâneo: mudança social, espíritos e experiências de união conjugal na cidade de Maputo*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, no Brasil.

TURNER, Victor. 1974. O processo ritual: Estrutura e Anti-Estrutura. Petrópolis: Vozes.